

A favela na foto: a imagem da favela na fotografia do Correio a Manhã (1946-1972)

Mauro Amoroso

Introdução

Atualmente, a favela vem ocupando lugar de destaque na questão habitacional e, devido à atuação do narcotráfico, da segurança pública no Rio de Janeiro. Nos jornais e noticiários de diversas procedências, a abordagem desse espaço, principalmente ao longo da década de 90, tem privilegiado, de certa forma, a questão da violência e da segurança pública, reforçando representações negativas sobre a favela enquanto lugar à parte do cotidiano normativo e institucional do espaço urbano do Rio de Janeiro. Essa abordagem, porém, tende a homogeneizar a percepção acerca desse espaço, simplificando negativamente o debate e sua contribuição para possíveis soluções para a real problemática da questão.

Porém, perante a necessidade de considerar-se a perspectiva histórica da questão, a favela é um fato urbano relacionado às mudanças sócio-econômicas e urbanísticas que levaram a reformas visando à modernização e dinamização funcional do espaço urbano da cidade. As primeiras referências a favelas no Rio de Janeiro datam do final do século XIX (a exemplo de favelas como a Quinta do Caju e Serra Morena, cujas referências datam de 1881). Porém, a favela só se consolida na paisagem urbana da cidade ao longo das três primeiras décadas do século XX, sendo o primeiro documento oficial a legislar sobre o assunto, visando controle e impedimento de sua proliferação, o Código de Obras (1937)¹.

Contudo, paralelamente ao surgimento da favela no espaço físico do Rio de Janeiro, foram sendo historicamente construídas formas de percepção e representações sobre a mesma, que acabaram por permear sua relação com diferentes esferas da sociedade civil e do poder público. Esses modos de percepção da favela têm sido

marcados pela contraposição desta, vista como espaço de marginalidade, insalubridade e imoralidade, com o resto do espaço urbano da cidade, direcionando tanto as omissões quanto as atuações do poder público com relação a esse espaço, caracterizando uma certa constante na relação entre favela e sociedade.

O primeiro grande programa de intervenção pública nas favelas foram os parques Proletários, sob administração de Henrique Dodsworth (1937-1945), iniciado em 1942 com a ocupação do Parque Proletário da Gávea. Tal programa, cujas habitações foram inicialmente planejadas com caráter provisório, foi caracterizado por ser um típico fruto da ideologia estado-novista, mesclando controle administrativo, retórica corporativista, dominação ideológica e discurso social, além da valorização individual da figura de Vargas. Em 1945, com a queda do Estado Novo, observa-se certa descontinuidade de planejamento e falta de compromisso com os objetivos iniciais do projeto, dando-se o abandono do mesmo, em meio a um panorama de utilização dos Parques como instrumento de manipulação eleitoral por políticos e administradoresⁱⁱ.

Outra forma de intervenção, de cunho mais assistencialista, é referente à atuação da Igreja através de dois órgãos: a Fundação Leão XIII (1946) e a Cruzada São Sebastião (1955). Na atuação desses dois órgãos com relação à favela, nota-se um certo componente de controle ideológico, embora sem o ranço mais autoritário típico do Estado Novo que não mais caberia em uma conjuntura de redemocratização, sendo que suas metodologias de abordagem da questão da favela era baseada em assistencialismo e promoção educacional, tendo, porém, a Cruzada São Sebastião um componente mais forte de inclusão socialⁱⁱⁱ.

Ao longo da década de 60 e até meados da década de 70, a intervenção estatal da favela deu-se por meio da política de remoções (que não foi de todo ausente das outras formas de intervenção), que, durante esse período, pode ser dividida em duas etapas. A primeira, é relativa às remoções do governo de Carlos Lacerda (1960-1965),

tendo como principal agente a Companhia de Habitação Popular (COHAB - 1965), que entre os anos de 1962 a 1965 foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais como Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus, além da destruição de cerca de 27 favelas, com aproximadamente 42.000 pessoas removidas^{iv}. A segunda etapa é relativa às remoções da ditadura militar, que teve como principal agente a Companhia de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM – 1968), que operava em conjunto com o BNH, responsável pela abertura de linhas de crédito habitacional para o público alvo dos conjuntos habitacionais, muitos deles oriundos de favelas removidas^v. Durante os anos de 1968 a 1975 deu-se o período de maior ênfase das remoções, com mais de 60 favelas destruídas e mais de 100.000 pessoas removidas até o abandono do programa, em 1975, por motivos de ordem, principalmente, financeira^{vi}. Os três programas abordados, respeitando-se as diferenças operacionais e de contexto político de suas implementações, possuíam certas representações comuns sobre a favela: problema de ordem social, moral e estética, concepção de promoção social pela moradia, ou seja, privilegiando o aspecto físico-habitacional, havendo uma associação qualitativa da precariedade das condições de moradia ao indivíduo.

A década de 80 mostra uma nova postura do Estado com relação à favela, não mais visando sua erradicação. Esse período, que tem como marco o governo Brizola (1983-1986), enterra a política remocionista, através de projetos de urbanização, e também mostra uma freqüente interlocução entre Estado e Associações de Moradores, que passaram a recorrer mais ao poder público, não mais utilizando mutirões como única forma de ação e mobilização. A década de 90 também teve políticas que visavam a melhor estruturação das favelas, como mostra o programa Favela Bairro, do prefeito César Maia, sendo que apesar do aumento da atuação estatal, assim como a mudança de rumos de sua abordagem, essas áreas continuavam carentes em termos de infraestrutura. Também se observa, durante a década de 90, uma nova dinamização e entrada

de novos atores no cenário, como a maior influência do tráfico de drogas e a atuação de Organizações Não-Governamentais (ONG's)^{vii}.

Análise de imagens fotojornalísticas

A mídia, seja impressa ou áudio-visual, tem sido uma importante forma de produção de subjetividades, forjando certos modos de pensar, sentir, perceber e agir. O processo de construção de notícias envolve a produção e massificação de subjetividades, essas historicamente datadas, organização e hierarquização de fluxos de acontecimentos e temas a serem pensados e debatidos, relacionando-se com o processo de tomadas de posições da sociedade civil e do poder público^{viii}. No Brasil, os jornais têm sido tradicionalmente um veículo de comunicação ligado às elites, apesar da existência de nichos editoriais para publicações mais popularescas, como tablóides e jornais sensacionalistas. Tal fato pode ser averiguado pela baixa tiragem em circulação, sobretudo em comparação a outros países, além da má distribuição de renda e do alto índice de analfabetismo^{ix}. Porém, apesar dos jornais serem um meio de comunicação tradicionalmente relacionado às elites, sua influência perante a sociedade é consideravelmente ampla, assim como a circulação e extrapolação dos debates, dados, juízos, hierarquização e tratamento dos fatos selecionados em notícias para além das esferas cotidianas de sociabilidade das elites^x. No entanto, sobretudo no que diz respeito à fotografia como instrumento de informação jornalística, deve-se atentar para o fato de que as representações presentes na mensagem fotográfica não partem unicamente de um setor da sociedade para ser passivamente assimilado por esta como um todo: “fotos não podem criar uma posição moral, mas podem reforçá-la – e podem ajudar a desenvolver uma posição moral ainda embrionária”.^{xi}

Partindo dessa perspectiva, essa apresentação é baseada na análise das fotografias do Correio da Manhã, referentes à favela no Rio de Janeiro, realizadas entre os anos de 1946 a 1972. Tal análise é embasada, principalmente, pelo conceito da

imagem fotográfica como construção, investimento de sentido simbólico através da escolha de uma série de possibilidades momentâneas disponíveis (em termos de pessoas, objetos, espaços e acontecimentos), constituintes da imagem fotográfica. Ainda assim, é preciso levar em conta a atuação dos demais agentes de produção na elaboração final da fotografia, como os responsáveis pelo tratamento técnico e a equipe editorial, e sua relação com seu suporte específico, tendo sempre em vista os vieses culturais, ideológicos, sociais e econômicos presentes no processo de elaboração e veiculação da fotografia^{xii}. Partindo do conceito de fotografia abordado, tendo em vista a concepção do olhar como uma prática social, o estudo das fotografias do Correio da Manhã visa a análise da relação entre os elementos constituintes da imagem que viabilizam a construção de representações sociais específicas da favela e de seu habitante, a serem veiculadas^{xiii}.

A favela na foto

O período no qual foram produzidas as fotografias do Correio da Manhã relativa à temática das favelas compreende os anos de 1946 a 1972. Tal período atravessa diferentes conjunturas da política nacional, além de diferentes projetos institucionais no tocante às favelas do Rio de Janeiro. Porém, apesar das diferentes conjunturas políticas compreendidas ao longo de sua produção, a análise desse acervo fotográfico revela algumas constantes no tocante às representações sobre a favela por ele veiculadas: associação qualitativa das más-condições do espaço habitado à precariedade moral do indivíduo, à deturpação dos “valores civilizados do asfalto”, e ausência de aspirações a melhorias das condições habitacionais e empregatícias. Dentro desse quadro, onde se nota um sutil conservadorismo, a imagem do habitante da favela veiculada é a de incapacidade desse constituir-se em sujeito autônomo e ativo de si próprio, cabendo ao governo decidir sobre seu destino habitacional e político, além de que forma deveria dar-se sua inclusão na sociedade. Através da análise do acervo fotográfico do Correio da

Manhã é possível debater representações sobre a favela relativas a temáticas como o cotidiano de seus habitantes e a fiscalização de políticas públicas acerca desse espaço. Porém, será abordada a temática relativa à intervenção pública proeminente e mais controversa do período: as remoções.

As fotografias que abordam esse assunto são marcadas pela repetição em série de uma tipologia específica: habitantes de favelas arrumando os seus pertences em caminhões que irão transportá-los para suas novas moradias. Serão trabalhadas duas fotos específicas, caracterizadas por ratificarem o caráter de investimento de sentido da imagem fotográfica.

As duas fotografias são de autoria de Luiz Pinto, realizadas em 21/2/1969, na favela Ilha das Dragas, durante sua remoção. A primeira fotografia retrata um caminhão estacionado em uma das vielas da favela, estacionado em gente a um casebre de madeira. Um grupo de homens estão colocando um amontoado de telhas dentro do caminhão, o que se constituía em uma prática comum, pois os restos dos barracos ainda utilizáveis poderiam ser reaproveitados, em consertos de sua futura moradia, nos precários apartamentos dos conjuntos habitacionais da CHISAM, ou até na construção de novos barracos. Até o presente ponto, tal foto se constitui em uma foto semelhante a inúmeras outras, referentes a diversas favelas, em diversas datas. O que torna esta foto espacial é sua conjugação com a segunda, que retrata parte da viela onde o caminhão se encontra estacionado, bem como mais casebres e pessoas. Porém, graças a segunda fotografia, tem-se uma visão completa do caminhão e da frase escrita em seu pára-choque: “nunca é tarde para ser feliz”. Passemos agora à análise do conteúdo simbólico veiculado pela fotografia.

Cada remoção específica foi um episódio conflituoso, geralmente precedido de protestos e mobilização política dos habitantes das favelas visadas, comandados pelos representantes das associações de moradores, a exemplo do próprio episódio de

remoção de Ilha das dragas, que foi acompanhado de ampla mobilização a fim de impedir a remoção da favela, sendo que tal ato sofreu dura repressão por parte dos militares, envolvendo considerável número de prisões, agressões e ameaças, sendo que a brutalidade da repressão à mobilização contra a remoção de Ilha das Dragas acabou por torna-la um marco do fim de manifestações, mobilizações e protestos mais abertos e veementes contra a política remocionista^{xiv}.

Porém, nenhum aspecto conflituoso está retratado na montagem fotográfica em análise. Seria o motivo de tal ausência a censura, tanto no local do acontecimento quanto no momento de uma possível publicação, por parte dos militares, o que impossibilitou a realização de fotografias abordando a mobilização política proveniente das favelas e as amostras da violência tão comum à repressão que se seguia aos protestos? Em resposta a essa pergunta há o fato de que não foi encontrada nenhuma fotografia abordando cenas de conflitos envolvendo remoções, sendo que as coberturas fotojornalísticas destas eram caracterizadas pela ausência de retratação de casebres sendo derrubados, a rara presença de funcionários do governo no processo de demolição de casebres, o que implica na representação da ausência da participação e, logo, culpa da esfera político-administrativa no resultado final do processo de existência de uma favela de acordo com a política remocionista: sua erradicação. Com relação a esse fato, deve-se levar em conta que o fotojornalismo do Correio da Manhã, em sintonia com a orientação política do jornal, foi caracterizado pelas críticas ao regime militar, sendo uma importante forma de burlar a censura à linguagem escrita pelas sutilezas da linguagem fotográfica^{xv}.

Com relação ao conteúdo simbólico veiculado pela fotografia, os homens transportando os materiais utilizáveis para dentro do caminhão, assim com o ato de transportar seus móveis e pertences para tal veículo, indicam uma conformidade com o processo, com o qual se encontram integrados. A representação transmitida por esse episódio retratado é relativa ao conformismo, e não à carga conflituosa característica do

processo remocionista. Assim, a frase gravada no pára-lama do automóvel (“nunca é tarde para ser feliz”) a qual o tratamento editorial da montagem das duas fotografias objetivou a veiculação, revela o cunho ideológico da abordagem do Correio da Manhã sobre as remoções e suas conseqüências para os removidos.

A tendência histórica do processo de construção de representações sobre a favela tem sido marcado por constantes negativas como ociosidade, ausência de moral, marginalidade sócio-política e cultural e criminalidade. Porém, tais representações são negadas pelo próprio cotidiano histórico do habitante da favela: por aquele que buscou a inserção na cidade pela moradia improvisada, pelo seu filho, que lutou contra militares e assistentes sociais para permanecer no local onde aprendeu as primeiras palavras, e pelo seu neto, cuja luta atual é travada no caminho que leva à Universidade, em meio a acusações generalizadas de ameaça à segurança pública.

Notas

ⁱ Cf., VALLADARES, Lícia. “A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”.

ⁱⁱ Cf., LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.

ⁱⁱⁱ Cf., RIOS, R.ute “Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954” e “O desenvolvimentismo e as favelas: adaptar o favelado à vida urbana e nacional, 1955-1962”. In: VALLA, V. (org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1986

^{iv} Cf., VALLA, Victor. & GONÇALVES, J. R. “O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para “ensinar” a auto-ajuda, 1962-1973”, In: VALLA, V (org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1986. p. 91.

^v Cf., PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas públicas no Rio de Janeiro*. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

^{vi} Cf., GRZYNSZPAN, Mário. & PANDOLFI, Dulce. “Poder público e favelas: uma relação complicada”. In: OLIVEIRA, L. Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002. p. 245.

^{vii} *Idem*.

^{viii} Cf., COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro, Oficina do autor/Intertexto, 2001.

^{ix} em 1972, circulava uma média de 37 jornais a cada 100 habitantes no Brasil, enquanto na Argentina a média era de 154. Com relação ao índice de analfabetismo, em 1974, era de 36% no Brasil. Cf., SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000. p. 50.

^x *Idem*.

^{xi} Cf., SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. p. 28.

^{xii} MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história – interfaces”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, nº 2, 1996.

^{xiii} Essa apresentação é baseada em projeto de mestrado em desenvolvimento, atualmente, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

^{xiv} Cf., PERLMAN, J. *op. cit*.

^{xv} Cf., OLIVEIRA, Gil V. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, PPHG-UFF, 1996. p. 31.